



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CONTRATO N.º 199/2023

Concorrência n.º 008/2023  
Processo Adm. n.º 246/2023

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG n.º 45.659.022-5 SSP/SP e CPF n.º 303.493.438-61, e do outro lado a empresa **SILVANA APARECIDA BARBOSA BORRACHARIA**, com sede na Rua Ásia, n.º 41, no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, com registro no CNPJ/MF sob n.º 33.063.985/0001-53, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, aqui representada pelo Sr.(a) Silvana Aparecida Barbosa, Proprietário, portador do RG n.º 27.779.216-2 e CPF n.º 27.779.216-2, tendo em vista o resultado da concorrência supracitada, que integra este termo, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado este contrato, regido pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. A presente concorrência tem por objeto a concessão de direito real de uso de lotes de terrenos com área de 1.000m<sup>2</sup> casa, localizados na rua Luiz Conti, Quadra G, no Distrito Empresarial “Luiz Trecenti” III, no estado em que se encontra, com a finalidade de instalar ou ampliar estabelecimento industrial, comercial ou prestador de serviços, nos termos das Leis Municipal n.º 5.256/2019 e 5.532/2022.

1.2. O referido imóvel possui cadastro municipal n.º 25.246-8, cadastro imobiliário n.º 36.072- 4 e é objeto da matrícula n.º 36.669 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, assim descrita:

“Um terreno urbano, denominado lote 01, Quadra G do loteamento denominado Distrito Empresarial Luiz Trecenti, com área de 1.000,00 metros quadrados, situado neste município e comarca de Lençóis Paulista, à Rua Luiz Conti, lado ímpar.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA SUPORTE LEGAL

2.1. Faz parte integrante do presente contrato os seguintes documentos:

- a) Lei Federal n.º. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações;
- b) Lei Municipal n.º 5.256 de 12/08/2019 e suas alterações;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

- b) Edital da **CONCORRÊNCIA N.º. 008/2023** e seus anexos;  
c) Proposta do CONCESSIONÁRIA, devidamente assinada e rubricada;

### **CLÁUSULA TERCEIRA VALOR DA CONCESSÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

- 3.1. A concessão o valor convencionado é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
- 3.2. A concessionária poderá efetuar o pagamento do valor da outorga à vista ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais, concedendo-se carência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, para início do pagamento da primeira parcela.
- 3.3. A concessionária que optar pelo pagamento parcelado, deverá apresentar declaração no prazo de até cinco dias úteis para a assinatura do contrato, informando qual a quantidade de parcelas pretendidas.
- 3.4. Para efetuar o pagamento a concessionária deverá comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da(s) respectiva(s) guia(s) para recolhimento em agência bancária.
- 3.5. Sobre a mensalidade não paga no prazo estabelecido será cobrado multa na razão de 0,33% ao dia até o limite de 10% e juros de mora na razão de 1% ao mês.
- 3.6. O valor da parcela mensal será reajustado todo dia 1º de janeiro de cada ano, de acordo com o índice IPCA-IBGE, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 3.7. O reajuste estabelecido no subitem anterior ocorrerá independente da data em que o contrato for assinado.

### **CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 4.1.1. O contrato de concessão terá vigência de **10 (dez) anos** a contar da assinatura.
- 4.2. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos da concessão real de uso, poderá ser outorgada a escritura de doação da área, mediante lei municipal específica, precedida de parecer da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que verificará o atendimento das exigências e condições estabelecidas no contrato e na Lei Municipal nº 5.256/2019.

### **CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

5.1. As benfeitorias/construções a serem implementadas no imóvel, deverão ter seu início no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, cujas obras deverão estar concluídas no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

5.2. Não poderá ser dado ao imóvel concedido destinação diversa da objetivada na presente licitação e incompatível com o zoneamento.

5.3. São obrigações da concessionária:

- a) Regularizar o empreendimento e obter as aprovações necessárias ao funcionamento da empresa perante todos os órgãos que a atividade exigir;
- b) Arcar com os tributos municipais, estaduais e/ou federais inerentes ao imóvel e às atividades da empresa, durante todo o período de concessão e após eventual doação à concessionária;
- c) Manter a empresa em funcionamento pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, desenvolvendo as atividades previstas;
- d) Executar as obras de edificação conforme planta baixa ou croqui apresentado na licitação, salvo motivo justificado, que será analisado pela Comissão, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese a área construída e o investimento poderá ser inferior ao informado na proposta;
- e) Não ceder, transferir ou alienar a qualquer título o imóvel, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato de concessão, salvo se a cessão, transferência ou alienação tiver autorização expressa do Município;
- f) O imóvel concedido não poderá ser objeto de penhora, hipoteca ou qualquer outro ônus que venha gravá-lo, exceto nas situações previstas na Lei Municipal nº 5.256/2019;
- g) Instalar, no prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do contrato de concessão, uma placa em local visível, com tamanho de 100 (cem) centímetros x 100 (cem) centímetros, contendo os seguintes dados:
  - nome da empresa;
  - endereço;
  - telefone;
  - ramo de atividade; e,
  - número do contrato que concedeu a referida área.
- h) O terreno em questão possui desníveis, cabendo ao contemplado realizar as ações necessárias para nivelamento com a via pública.

5.4. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, vigilância, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras despesas que eventualmente possam incidir sobre o imóvel, correrão por conta exclusiva da empresa concessionária, arcando, inclusive, com a realização de obras de infraestrutura para as suas instalações e ampliações.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

5.4.1. A concessionária fica obrigada a apresentar os comprovantes dos pagamentos das obrigações constantes no artigo anterior, sempre que exigido pelo Município.

5.5. As atividades a serem desenvolvidas na área concedida deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e, subsidiariamente, quando se tratar de instalação industrial, a Lei Estadual nº 5.597 de 6 de fevereiro de 1.987 ou outra legislação que venha a suceder.

5.6. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade também disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários.

5.7. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

5.8. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados ao Município, aos usuários, aos cidadãos de um modo geral e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência do contrato de concessão, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.9. O Executivo Municipal poderá, a qualquer momento e independente de prévia comunicação, realizar vistorias e fiscalizações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações constantes da Lei Municipal nº 5.256/2019 ou do contrato de concessão.

5.10. Caso as benfeitorias construídas no imóvel não estejam regularizadas, a Prefeitura ficará responsável pela regularização junto a todos os órgãos necessários e pela quitação de eventuais pendências junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) relativos a área edificada, devendo todos os custos serem descontados da concessionária anterior da área, nos termos do Artigo 19, Inciso II da Lei Municipal nº 5.256/2019.

5.11. Na hipótese de serem implantadas benfeitorias/construções no imóvel, e caso ainda não tenha sido finalizada pela Prefeitura a regularização da construção junto ao INSS, a concessionária assumira os ônus quanto a regularização da construção existente ou, se o caso, poderá pleitear a prorrogação do prazo descrito na cláusula 5.1.

### **CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

6.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa no valor de **10 (dez) MVR (Maior Valor de Referência)**<sup>1</sup> caso a concessionária apresente falhas de baixa gravidade na execução do contrato;
- c) Multa no valor de **20 (vinte) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de média gravidade na execução do contrato;
- d) Multa no valor de **50 (cinquenta) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de alta gravidade na execução do contrato;
- e) Multa no valor de **100 (cem) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de altíssima gravidade na execução do contrato;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

6.1.1. A graduação das penalidades se dará de acordo o relatório da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que indicará a gravidade das falhas apresentadas pela concessionária.

6.2. Na hipótese de não cumprimento dos encargos, prazos, exigências e obrigações assumidos pela concessionária, a área concedida poderá ser retomada e voltará a integrar o patrimônio do Município.

6.3. A retomada da área concedida será realizada através de lei municipal, precedida de parecer a ser elaborado pela Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que avaliará o cumprimento das condições da concessão.

6.4. No processo de retomada da área concedida, a concessionária terá 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, para oferecer defesa prévia e, em igual prazo, interpor recurso com efeitos devolutivo e suspensivo ao Prefeito Municipal.

6.5. No caso de retomada da área a concessionária não terá direito a indenização por parte do Município, exceto eventual direito ao benefício financeiro previsto no Capítulo II, Seção II, da

<sup>1</sup> M.V.R. equivale atualmente a R\$ 206,75 (duzentos e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme Decreto Executivo nº 887, de 09 de dezembro de 2022.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

7.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato.

7.2. As partes elegem o foro da cidade e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir dúvidas que porventura venham a surgir na interpretação do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para o único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, 23 de Outubro de 2023.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **CONCESSIONÁRIA:**

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando de Campos  
Secretário de Suprimentos e Licitações

\_\_\_\_\_  
Silvana Aparecida Barbosa  
Proprietária

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CONTRATO N.º 200/2023

Concorrência n.º 008/2023  
Processo Adm. n.º 246/2023

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG n.º 45.659.022-5 SSP/SP e CPF n.º 303.493.438-61, e do outro lado a empresa **LOGUIM LOCAÇÃO DE GUINDASTES E MUNCKS LTDA.**, com sede na Avenida Adriano Anderson Foganholi, n.º 1282, Jardim Nova Lençóis, no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, com registro no CNPJ/MF sob n.º 18.960.317/0002-16, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, aqui representada pelo Sr.(a) Luis Abel Dona Coelho, Sócio-Administrador, portador do RG n.º 33.099.645-9 e CPF n.º 299.354.738-05, tendo em vista o resultado da concorrência supracitada, que integra este termo, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado este contrato, regido pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. A presente concorrência tem por objeto a concessão de direito real de uso de lotes de terrenos com área de 1.000m<sup>2</sup> casa, localizados na rua Luiz Conti, Quadra G, no Distrito Empresarial “Luiz Trecenti” III, no estado em que se encontra, com a finalidade de instalar ou ampliar estabelecimento industrial, comercial ou prestador de serviços, nos termos das Leis Municipais n.º 5.256/2019 e 5.532/2022.

1.2. O referido imóvel possui cadastro municipal n.º 25.246.8, cadastro imobiliário n.º 36.073-2 e é objeto da matrícula n.º 36.670 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, assim descrita:

“Um terreno urbano, denominado lote 02, Quadra G do loteamento denominado Distrito Empresarial Luiz Trecenti, com área de 1.000,00 metros quadrados, situado neste município e comarca de Lençóis Paulista, à Rua Luiz Conti, lado ímpar.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA SUPORTE LEGAL

2.1. Faz parte integrante do presente contrato os seguintes documentos:  
a) Lei Federal n.º. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

- b) Lei Municipal n.º 5.256 de 12/08/2019 e suas alterações;
- b) Edital da **CONCORRÊNCIA N.º. 008/2023** e seus anexos;
- c) Proposta do CONCESSIONÁRIA, devidamente assinada e rubricada;

### CLÁUSULA TERCEIRA VALOR DA CONCESSÃO E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1. A concessão o valor convencionado é de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).
- 3.2. A concessionária poderá efetuar o pagamento do valor da outorga à vista ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais, concedendo-se carência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, para início do pagamento da primeira parcela.
- 3.3. A concessionária que optar pelo pagamento parcelado, deverá apresentar declaração no prazo de até cinco dias úteis para a assinatura do contrato, informando qual a quantidade de parcelas pretendidas.
- 3.4. Para efetuar o pagamento a concessionária deverá comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da(s) respectiva(s) guia(s) para recolhimento em agência bancária.
- 3.5. Sobre a mensalidade não paga no prazo estabelecido será cobrado multa na razão de 0,33% ao dia até o limite de 10% e juros de mora na razão de 1% ao mês.
- 3.6. O valor da parcela mensal será reajustado todo dia 1º de janeiro de cada ano, de acordo com o índice IPCA-IBGE, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 3.7. O reajuste estabelecido no subitem anterior ocorrerá independente da data em que o contrato for assinado.

### CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1.1. O contrato de concessão terá vigência de **10 (dez) anos** a contar da assinatura.
- 4.2. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos da concessão real de uso, poderá ser outorgada a escritura de doação da área, mediante lei municipal específica, precedida de parecer da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que verificará o atendimento das exigências e condições estabelecidas no contrato e na Lei Municipal nº 5.256/2019.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

5.1. As benfeitorias/construções a serem implementadas no imóvel, deverão ter seu início no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, cujas obras deverão estar concluídas no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

5.2. Não poderá ser dado ao imóvel concedido destinação diversa da objetivada na presente licitação e incompatível com o zoneamento.

5.3. São obrigações da concessionária:

- a) Regularizar o empreendimento e obter as aprovações necessárias ao funcionamento da empresa perante todos os órgãos que a atividade exigir;
- b) Arcar com os tributos municipais, estaduais e/ou federais inerentes ao imóvel e às atividades da empresa, durante todo o período de concessão e após eventual doação à concessionária;
- c) Manter a empresa em funcionamento pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, desenvolvendo as atividades previstas;
- d) Executar as obras de edificação conforme planta baixa ou croqui apresentado na licitação, salvo motivo justificado, que será analisado pela Comissão, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese a área construída e o investimento poderá ser inferior ao informado na proposta;
- e) Não ceder, transferir ou alienar a qualquer título o imóvel, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato de concessão, salvo se a cessão, transferência ou alienação tiver autorização expressa do Município;
- f) O imóvel concedido não poderá ser objeto de penhora, hipoteca ou qualquer outro ônus que venha gravá-lo, exceto nas situações previstas na Lei Municipal nº 5.256/2019;
- g) Instalar, no prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do contrato de concessão, uma placa em local visível, com tamanho de 100 (cem) centímetros x 100 (cem) centímetros, contendo os seguintes dados:
  - nome da empresa;
  - endereço;
  - telefone;
  - ramo de atividade; e,
  - número do contrato que concedeu a referida área.
- h) O terreno em questão possui desníveis, cabendo ao contemplado realizar as ações necessárias para nivelamento com a via pública.

5.4. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, vigilância, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras despesas que eventualmente possam incidir sobre o imóvel, correrão por conta exclusiva da empresa concessionária, arcando,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

[www.lencoispaulista.sp.gov.br](http://www.lencoispaulista.sp.gov.br)

inclusive, com a realização de obras de infraestrutura para as suas instalações e ampliações.

5.4.1. A concessionária fica obrigada a apresentar os comprovantes dos pagamentos das obrigações constantes no artigo anterior, sempre que exigido pelo Município.

5.5. As atividades a serem desenvolvidas na área concedida deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e, subsidiariamente, quando se tratar de instalação industrial, a Lei Estadual nº 5.597 de 6 de fevereiro de 1.987 ou outra legislação que venha a suceder.

5.6. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade também disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários.

5.7. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

5.8. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados ao Município, aos usuários, aos cidadãos de um modo geral e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência do contrato de concessão, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.9. O Executivo Municipal poderá, a qualquer momento e independente de prévia comunicação, realizar vistorias e fiscalizações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações constantes da Lei Municipal nº 5.256/2019 ou do contrato de concessão.

5.10. Caso as benfeitorias construídas no imóvel não estejam regularizadas, a Prefeitura ficará responsável pela regularização junto a todos os órgãos necessários e pela quitação de eventuais pendências junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) relativos a área edificada, devendo todos os custos serem descontados da concessionária anterior da área, nos termos do Artigo 19, Inciso II da Lei Municipal nº 5.256/2019.

5.11. Na hipótese de serem implantadas benfeitorias/construções no imóvel, e caso ainda não tenha sido finalizada pela Prefeitura a regularização da construção junto ao INSS, a concessionária assumirá os ônus quanto a regularização da construção existente ou, se o caso, poderá pleitear a prorrogação do prazo descrito na cláusula 5.1.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES

6.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa no valor de **10 (dez) MVR (Maior Valor de Referência)**<sup>1</sup> caso a concessionária apresente falhas de baixa gravidade na execução do contrato;
- c) Multa no valor de **20 (vinte) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de média gravidade na execução do contrato;
- d) Multa no valor de **50 (cinquenta) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de alta gravidade na execução do contrato;
- e) Multa no valor de **100 (cem) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de altíssima gravidade na execução do contrato;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

6.1.1. A graduação das penalidades se dará de acordo o relatório da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que indicará a gravidade das falhas apresentadas pela concessionária.

6.2. Na hipótese de não cumprimento dos encargos, prazos, exigências e obrigações assumidos pela concessionária, a área concedida poderá ser retomada e voltará a integrar o patrimônio do Município.

6.3. A retomada da área concedida será realizada através de lei municipal, precedida de parecer a ser elaborado pela Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que avaliará o cumprimento das condições da concessão.

6.4. No processo de retomada da área concedida, a concessionária terá 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, para oferecer defesa prévia e, em igual prazo, interpor recurso com

<sup>1</sup> M.V.R. equivale atualmente a R\$ 206,75 (duzentos e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme Decreto Executivo nº 887, de 09 de dezembro de 2022.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

efeitos devolutivo e suspensivo ao Prefeito Municipal.

6.5. No caso de retomada da área a concessionária não terá direito a indenização por parte do Município, exceto eventual direito ao benefício financeiro previsto no Capítulo II, Seção II, da Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

7.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato.

7.2. As partes elegem o foro da cidade e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir dúvidas que porventura venham a surgir na interpretação do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para o único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, 23 de Outubro de 2023.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **CONCESSIONÁRIA:**

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando de Campos  
Secretário de Suprimentos e Licitações

\_\_\_\_\_  
Luis Abel Dona Coelho  
Sócio-Administrador

### TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

[www.lencoispaalista.sp.gov.br](http://www.lencoispaalista.sp.gov.br)

---



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CONTRATO N.º 201/2023

Concorrência n.º 008/2023  
Processo Adm. n.º 246/2023

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG n.º 45.659.022-5 SSP/SP e CPF n.º 303.493.438-61, e do outro lado a empresa **ISOPAULISTA MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**, com sede na Rua Antonia Foganholi Paccola, n.º 493, Jardim Maria Luiza II, no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, com registro no CNPJ/MF sob n.º 416.136.639.110, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, aqui representada pelo Sr.(a) José Carlos Tamborim, Gerente Comercial, portador do RG n.º 15.244.386 e CPF n.º 056.888.018-83, tendo em vista o resultado da concorrência supracitada, que integra este termo, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado este contrato, regido pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. A presente concorrência tem por objeto a concessão de direito real de uso de lotes de terrenos com área de 1.000m<sup>2</sup> casa, localizados na rua Luiz Conti, Quadra G, no Distrito Empresarial “Luiz Trecenti” III, no estado em que se encontra, com a finalidade de instalar ou ampliar estabelecimento industrial, comercial ou prestador de serviços, nos termos das Leis Municipal n.º 5.256/2019 e 5.532/2022.

1.2. O referido imóvel possui cadastro municipal n.º 25.246-8, cadastro imobiliário n.º 36.074-1 e é objeto da matrícula n.º 36.671 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, assim descrita:

“Um terreno urbano, denominado lote 03 da Quadra G do loteamento denominado Distrito Empresarial Luiz Trecenti, com área de 1.000,00 metros quadrados, situado neste município e comarca de Lençóis Paulista, à Rua Luiz Conti, lado ímpar.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA SUPORTE LEGAL

2.1. Faz parte integrante do presente contrato os seguintes documentos:  
a) Lei Federal n.º. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

- b) Lei Municipal n.º 5.256 de 12/08/2019 e suas alterações;
- b) Edital da **CONCORRÊNCIA N.º. 008/2023** e seus anexos;
- c) Proposta do CONCESSIONÁRIA, devidamente assinada e rubricada;

### CLÁUSULA TERCEIRA VALOR DA CONCESSÃO E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1. A concessão o valor convencionado é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- 3.2. A concessionária poderá efetuar o pagamento do valor da outorga à vista ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais, concedendo-se carência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, para início do pagamento da primeira parcela.
- 3.3. A concessionária que optar pelo pagamento parcelado, deverá apresentar declaração no prazo de até cinco dias úteis para a assinatura do contrato, informando qual a quantidade de parcelas pretendidas.
- 3.4. Para efetuar o pagamento a concessionária deverá comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da(s) respectiva(s) guia(s) para recolhimento em agência bancária.
- 3.5. Sobre a mensalidade não paga no prazo estabelecido será cobrado multa na razão de 0,33% ao dia até o limite de 10% e juros de mora na razão de 1% ao mês.
- 3.6. O valor da parcela mensal será reajustado todo dia 1º de janeiro de cada ano, de acordo com o índice IPCA-IBGE, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 3.7. O reajuste estabelecido no subitem anterior ocorrerá independente da data em que o contrato for assinado.

### CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1.1. O contrato de concessão terá vigência de **10 (dez) anos** a contar da assinatura.
- 4.2. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos da concessão real de uso, poderá ser outorgada a escritura de doação da área, mediante lei municipal específica, precedida de parecer da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que verificará o atendimento das exigências e condições estabelecidas no contrato e na Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA





## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

5.1. As benfeitorias/construções a serem implementadas no imóvel, deverão ter seu início no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, cujas obras deverão estar concluídas no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

5.2. Não poderá ser dado ao imóvel concedido destinação diversa da objetivada na presente licitação e incompatível com o zoneamento.

5.3. São obrigações da concessionária:

- a) Regularizar o empreendimento e obter as aprovações necessárias ao funcionamento da empresa perante todos os órgãos que a atividade exigir;
- b) Arcar com os tributos municipais, estaduais e/ou federais inerentes ao imóvel e às atividades da empresa, durante todo o período de concessão e após eventual doação à concessionária;
- c) Manter a empresa em funcionamento pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, desenvolvendo as atividades previstas;
- d) Executar as obras de edificação conforme planta baixa ou croqui apresentado na licitação, salvo motivo justificado, que será analisado pela Comissão, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese a área construída e o investimento poderá ser inferior ao informado na proposta;
- e) Não ceder, transferir ou alienar a qualquer título o imóvel, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato de concessão, salvo se a cessão, transferência ou alienação tiver autorização expressa do Município;
- f) O imóvel concedido não poderá ser objeto de penhora, hipoteca ou qualquer outro ônus que venha gravá-lo, exceto nas situações previstas na Lei Municipal nº 5.256/2019;
- g) Instalar, no prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do contrato de concessão, uma placa em local visível, com tamanho de 100 (cem) centímetros x 100 (cem) centímetros, contendo os seguintes dados:
  - nome da empresa;
  - endereço;
  - telefone;
  - ramo de atividade; e,
  - número do contrato que concedeu a referida área.
- h) O terreno em questão possui desníveis, cabendo ao contemplado realizar as ações necessárias para nivelamento com a via pública.

5.4. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, vigilância, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras despesas que eventualmente possam incidir sobre o imóvel, correrão por conta exclusiva da empresa concessionária, arcando, inclusive, com a realização de obras de infraestrutura para as suas instalações e ampliações.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

5.4.1. A concessionária fica obrigada a apresentar os comprovantes dos pagamentos das obrigações constantes no artigo anterior, sempre que exigido pelo Município.

5.5. As atividades a serem desenvolvidas na área concedida deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e, subsidiariamente, quando se tratar de instalação industrial, a Lei Estadual nº 5.597 de 6 de fevereiro de 1.987 ou outra legislação que venha a suceder.

5.6. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade também disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários.

5.7. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

5.8. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados ao Município, aos usuários, aos cidadãos de um modo geral e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência do contrato de concessão, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.9. O Executivo Municipal poderá, a qualquer momento e independente de prévia comunicação, realizar vistorias e fiscalizações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações constantes da Lei Municipal nº 5.256/2019 ou do contrato de concessão.

5.10. Caso as benfeitorias construídas no imóvel não estejam regularizadas, a Prefeitura ficará responsável pela regularização junto a todos os órgãos necessários e pela quitação de eventuais pendências junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) relativos a área edificada, devendo todos os custos serem descontados da concessionária anterior da área, nos termos do Artigo 19, Inciso II da Lei Municipal nº 5.256/2019.

5.11. Na hipótese de serem implantadas benfeitorias/construções no imóvel, e caso ainda não tenha sido finalizada pela Prefeitura a regularização da construção junto ao INSS, a concessionária assumira os ônus quanto a regularização da construção existente ou, se o caso, poderá pleitear a prorrogação do prazo descrito na cláusula 5.1.

### **CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

6.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa no valor de **10 (dez) MVR (Maior Valor de Referência)**<sup>1</sup> caso a concessionária apresente falhas de baixa gravidade na execução do contrato;
- c) Multa no valor de **20 (vinte) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de média gravidade na execução do contrato;
- d) Multa no valor de **50 (cinquenta) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de alta gravidade na execução do contrato;
- e) Multa no valor de **100 (cem) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de altíssima gravidade na execução do contrato;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

6.1.1. A graduação das penalidades se dará de acordo o relatório da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que indicará a gravidade das falhas apresentadas pela concessionária.

6.2. Na hipótese de não cumprimento dos encargos, prazos, exigências e obrigações assumidos pela concessionária, a área concedida poderá ser retomada e voltará a integrar o patrimônio do Município.

6.3. A retomada da área concedida será realizada através de lei municipal, precedida de parecer a ser elaborado pela Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que avaliará o cumprimento das condições da concessão.

6.4. No processo de retomada da área concedida, a concessionária terá 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, para oferecer defesa prévia e, em igual prazo, interpor recurso com efeitos devolutivo e suspensivo ao Prefeito Municipal.

6.5. No caso de retomada da área a concessionária não terá direito a indenização por parte do Município, exceto eventual direito ao benefício financeiro previsto no Capítulo II, Seção II, da

<sup>1</sup> M.V.R. equivale atualmente a R\$ 206,75 (duzentos e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme Decreto Executivo nº 887, de 09 de dezembro de 2022.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

7.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato.

7.2. As partes elegem o foro da cidade e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir dúvidas que porventura venham a surgir na interpretação do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para o único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, 23 de Outubro de 2023.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **CONCESSIONÁRIA:**

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando de Campos  
Secretário de Suprimentos e Licitações

\_\_\_\_\_  
José Carlos Tamborim  
Gerente Comercial

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

[www.lencoispaalista.sp.gov.br](http://www.lencoispaalista.sp.gov.br)

---



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CONTRATO N.º 202/2023

Concorrência n.º 008/2023  
Processo Adm. n.º 246/2023

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG n.º 45.659.022-5 SSP/SP e CPF n.º 303.493.438-61, e do outro lado a empresa **S.R. COMÉRCIO E INSTAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - ME**, com sede na Avenida Jácomo Augusto Paccola, n.º 2190, Residencial Santa Terezinha I, no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, com registro no CNPJ/MF sob n.º 09.049.911/0001-88, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, aqui representada pelo Sr.(a) Gilmar Aparecido Júlio, Procurador, portador do RG n.º 41.373.163-7 e CPF n.º 296.044.138-99, tendo em vista o resultado da concorrência supracitada, que integra este termo, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado este contrato, regido pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. A presente concorrência tem por objeto a concessão de direito real de uso de lotes de terrenos com área de 1.000m<sup>2</sup> casa, localizados na rua Luiz Conti, Quadra G, no Distrito Empresarial “Luiz Trecenti” III, no estado em que se encontra, com a finalidade de instalar ou ampliar estabelecimento industrial, comercial ou prestador de serviços, nos termos das Leis Municipais n.º 5.256/2019 e 5.532/2022.

1.2. O referido imóvel possui cadastro municipal n.º 25.246-8, cadastro imobiliário n.º 36.075-9 e é objeto da matrícula n.º 36.672 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, assim descrita:

“Um terreno urbano, denominado lote 04, Quadra G do loteamento denominado Distrito Empresarial Luiz Trecenti, com área de 1.000,00 metros quadrados, situado neste município e comarca de Lençóis Paulista, à Rua Luiz Conti, lado ímpar.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA SUPORTE LEGAL

2.1. Faz parte integrante do presente contrato os seguintes documentos:  
a) Lei Federal n.º. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

- b) Lei Municipal n.º 5.256 de 12/08/2019 e suas alterações;
- b) Edital da **CONCORRÊNCIA N.º. 008/2023** e seus anexos;
- c) Proposta do CONCESSIONÁRIA, devidamente assinada e rubricada;

### CLÁUSULA TERCEIRA VALOR DA CONCESSÃO E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1. A concessão o valor convencionado é de R\$ 135.650,00 (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais).
- 3.2. A concessionária poderá efetuar o pagamento do valor da outorga à vista ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais, concedendo-se carência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, para início do pagamento da primeira parcela.
- 3.3. A concessionária que optar pelo pagamento parcelado, deverá apresentar declaração no prazo de até cinco dias úteis para a assinatura do contrato, informando qual a quantidade de parcelas pretendidas.
- 3.4. Para efetuar o pagamento a concessionária deverá comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da(s) respectiva(s) guia(s) para recolhimento em agência bancária.
- 3.5. Sobre a mensalidade não paga no prazo estabelecido será cobrado multa na razão de 0,33% ao dia até o limite de 10% e juros de mora na razão de 1% ao mês.
- 3.6. O valor da parcela mensal será reajustado todo dia 1º de janeiro de cada ano, de acordo com o índice IPCA-IBGE, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 3.7. O reajuste estabelecido no subitem anterior ocorrerá independente da data em que o contrato for assinado.

### CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1.1. O contrato de concessão terá vigência de **10 (dez) anos** a contar da assinatura.
- 4.2. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos da concessão real de uso, poderá ser outorgada a escritura de doação da área, mediante lei municipal específica, precedida de parecer da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que verificará o atendimento das exigências e condições estabelecidas no contrato e na Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA QUINTA





## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

5.1. As benfeitorias/construções a serem implementadas no imóvel, deverão ter seu início no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, cujas obras deverão estar concluídas no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

5.2. Não poderá ser dado ao imóvel concedido destinação diversa da objetivada na presente licitação e incompatível com o zoneamento.

5.3. São obrigações da concessionária:

- a) Regularizar o empreendimento e obter as aprovações necessárias ao funcionamento da empresa perante todos os órgãos que a atividade exigir;
- b) Arcar com os tributos municipais, estaduais e/ou federais inerentes ao imóvel e às atividades da empresa, durante todo o período de concessão e após eventual doação à concessionária;
- c) Manter a empresa em funcionamento pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, desenvolvendo as atividades previstas;
- d) Executar as obras de edificação conforme planta baixa ou croqui apresentado na licitação, salvo motivo justificado, que será analisado pela Comissão, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese a área construída e o investimento poderá ser inferior ao informado na proposta;
- e) Não ceder, transferir ou alienar a qualquer título o imóvel, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato de concessão, salvo se a cessão, transferência ou alienação tiver autorização expressa do Município;
- f) O imóvel concedido não poderá ser objeto de penhora, hipoteca ou qualquer outro ônus que venha gravá-lo, exceto nas situações previstas na Lei Municipal nº 5.256/2019;
- g) Instalar, no prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do contrato de concessão, uma placa em local visível, com tamanho de 100 (cem) centímetros x 100 (cem) centímetros, contendo os seguintes dados:
  - nome da empresa;
  - endereço;
  - telefone;
  - ramo de atividade; e,
  - número do contrato que concedeu a referida área.
- h) O terreno em questão possui desníveis, cabendo ao contemplado realizar as ações necessárias para nivelamento com a via pública.

5.4. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, vigilância, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras despesas que eventualmente possam incidir sobre o imóvel, correrão por conta exclusiva da empresa concessionária, arcando, inclusive, com a realização de obras de infraestrutura para as suas instalações e ampliações.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

[www.lencoispaulista.sp.gov.br](http://www.lencoispaulista.sp.gov.br)

---

5.4.1. A concessionária fica obrigada a apresentar os comprovantes dos pagamentos das obrigações constantes no artigo anterior, sempre que exigido pelo Município.

5.5. As atividades a serem desenvolvidas na área concedida deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e, subsidiariamente, quando se tratar de instalação industrial, a Lei Estadual nº 5.597 de 6 de fevereiro de 1.987 ou outra legislação que venha a suceder.

5.6. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade também disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários.

5.7. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

5.8. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados ao Município, aos usuários, aos cidadãos de um modo geral e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência do contrato de concessão, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.9. O Executivo Municipal poderá, a qualquer momento e independente de prévia comunicação, realizar vistorias e fiscalizações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações constantes da Lei Municipal nº 5.256/2019 ou do contrato de concessão.

5.10. Caso as benfeitorias construídas no imóvel não estejam regularizadas, a Prefeitura ficará responsável pela regularização junto a todos os órgãos necessários e pela quitação de eventuais pendências junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) relativos a área edificada, devendo todos os custos serem descontados da concessionária anterior da área, nos termos do Artigo 19, Inciso II da Lei Municipal nº 5.256/2019.

5.11. Na hipótese de serem implantadas benfeitorias/construções no imóvel, e caso ainda não tenha sido finalizada pela Prefeitura a regularização da construção junto ao INSS, a concessionária assumirá os ônus quanto a regularização da construção existente ou, se o caso, poderá pleitear a prorrogação do prazo descrito na cláusula 5.1.

### **CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

6.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa no valor de **10 (dez) MVR (Maior Valor de Referência)**<sup>1</sup> caso a concessionária apresente falhas de baixa gravidade na execução do contrato;
- c) Multa no valor de **20 (vinte) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de média gravidade na execução do contrato;
- d) Multa no valor de **50 (cinquenta) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de alta gravidade na execução do contrato;
- e) Multa no valor de **100 (cem) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de altíssima gravidade na execução do contrato;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

6.1.1. A graduação das penalidades se dará de acordo o relatório da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que indicará a gravidade das falhas apresentadas pela concessionária.

6.2. Na hipótese de não cumprimento dos encargos, prazos, exigências e obrigações assumidos pela concessionária, a área concedida poderá ser retomada e voltará a integrar o patrimônio do Município.

6.3. A retomada da área concedida será realizada através de lei municipal, precedida de parecer a ser elaborado pela Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que avaliará o cumprimento das condições da concessão.

6.4. No processo de retomada da área concedida, a concessionária terá 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, para oferecer defesa prévia e, em igual prazo, interpor recurso com efeitos devolutivo e suspensivo ao Prefeito Municipal.

6.5. No caso de retomada da área a concessionária não terá direito a indenização por parte do Município, exceto eventual direito ao benefício financeiro previsto no Capítulo II, Seção II, da

<sup>1</sup> M.V.R. equivale atualmente a R\$ 206,75 (duzentos e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme Decreto Executivo nº 887, de 09 de dezembro de 2022.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

7.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato.

7.2. As partes elegem o foro da cidade e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir dúvidas que porventura venham a surgir na interpretação do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para o único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, 23 de Outubro de 2023.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **CONCESSIONÁRIA:**

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando de Campos  
Secretário de Suprimentos e Licitações

\_\_\_\_\_  
Gilmar Aparecido Júlio  
Procurador

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CONTRATO N.º 203/2023

Concorrência n.º 008/2023  
Processo Adm. n.º 246/2023

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG n.º 45.659.022-5 SSP/SP e CPF n.º 303.493.438-61, e do outro lado a empresa **WAGNER ALMEIDA DOS SANTOS AUTO ELÉTRICA.**, com sede na Rua Benedito Muniz Duarte, n.º 405, no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, com registro no CNPJ/MF sob n.º 32.287.249/0001-16, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, aqui representada pelo Sr.(a) Wagner Almeida dos Santos, Proprietário, portador do RG n.º 41.012.695-0 e CPF n.º 435.457.578-70, tendo em vista o resultado da concorrência supracitada, que integra este termo, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado este contrato, regido pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. A presente concorrência tem por objeto a concessão de direito real de uso de lotes de terrenos com área de 1.000m<sup>2</sup> casa, localizados na rua Luiz Conti, Quadra G, no Distrito Empresarial “Luiz Trecenti” III, no estado em que se encontra, com a finalidade de instalar ou ampliar estabelecimento industrial, comercial ou prestador de serviços, nos termos das Leis Municipal n.º 5.256/2019 e 5.532/2022.

1.2. O referido imóvel possui cadastro municipal n.º 25.246-8, cadastro imobiliário n.º 36.076-7 e é objeto da matrícula n.º 36.673 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, assim descrita:

“Um terreno urbano, denominado lote 05, Quadra G do loteamento denominado Distrito Empresarial Luiz Trecenti, com área de 1.000,00 metros quadrados, situado neste município e comarca de Lençóis Paulista, à Rua Luiz Conti, lado ímpar.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA SUPORTE LEGAL

2.1. Faz parte integrante do presente contrato os seguintes documentos:

- a) Lei Federal n.º. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações;
- b) Lei Municipal n.º 5.256 de 12/08/2019 e suas alterações;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

- b) Edital da **CONCORRÊNCIA N.º. 008/2023** e seus anexos;  
c) Proposta do CONCESSIONÁRIA, devidamente assinada e rubricada;

### **CLÁUSULA TERCEIRA VALOR DA CONCESSÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

- 3.1. A concessão o valor convencionado é de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).
- 3.2. A concessionária poderá efetuar o pagamento do valor da outorga à vista ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais, concedendo-se carência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, para início do pagamento da primeira parcela.
- 3.3. A concessionária que optar pelo pagamento parcelado, deverá apresentar declaração no prazo de até cinco dias úteis para a assinatura do contrato, informando qual a quantidade de parcelas pretendidas.
- 3.4. Para efetuar o pagamento a concessionária deverá comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da(s) respectiva(s) guia(s) para recolhimento em agência bancária.
- 3.5. Sobre a mensalidade não paga no prazo estabelecido será cobrado multa na razão de 0,33% ao dia até o limite de 10% e juros de mora na razão de 1% ao mês.
- 3.6. O valor da parcela mensal será reajustado todo dia 1º de janeiro de cada ano, de acordo com o índice IPCA-IBGE, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 3.7. O reajuste estabelecido no subitem anterior ocorrerá independente da data em que o contrato for assinado.

### **CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 4.1.1. O contrato de concessão terá vigência de **10 (dez) anos** a contar da assinatura.
- 4.2. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos da concessão real de uso, poderá ser outorgada a escritura de doação da área, mediante lei municipal específica, precedida de parecer da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que verificará o atendimento das exigências e condições estabelecidas no contrato e na Lei Municipal nº 5.256/2019.

### **CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

5.1. As benfeitorias/construções a serem implementadas no imóvel, deverão ter seu início no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, cujas obras deverão estar concluídas no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

5.2. Não poderá ser dado ao imóvel concedido destinação diversa da objetivada na presente licitação e incompatível com o zoneamento.

5.3. São obrigações da concessionária:

- a) Regularizar o empreendimento e obter as aprovações necessárias ao funcionamento da empresa perante todos os órgãos que a atividade exigir;
- b) Arcar com os tributos municipais, estaduais e/ou federais inerentes ao imóvel e às atividades da empresa, durante todo o período de concessão e após eventual doação à concessionária;
- c) Manter a empresa em funcionamento pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, desenvolvendo as atividades previstas;
- d) Executar as obras de edificação conforme planta baixa ou croqui apresentado na licitação, salvo motivo justificado, que será analisado pela Comissão, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese a área construída e o investimento poderá ser inferior ao informado na proposta;
- e) Não ceder, transferir ou alienar a qualquer título o imóvel, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato de concessão, salvo se a cessão, transferência ou alienação tiver autorização expressa do Município;
- f) O imóvel concedido não poderá ser objeto de penhora, hipoteca ou qualquer outro ônus que venha gravá-lo, exceto nas situações previstas na Lei Municipal nº 5.256/2019;
- g) Instalar, no prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do contrato de concessão, uma placa em local visível, com tamanho de 100 (cem) centímetros x 100 (cem) centímetros, contendo os seguintes dados:
  - nome da empresa;
  - endereço;
  - telefone;
  - ramo de atividade; e,
  - número do contrato que concedeu a referida área.
- h) O terreno em questão possui desníveis, cabendo ao contemplado realizar as ações necessárias para nivelamento com a via pública.

5.4. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, vigilância, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras despesas que eventualmente possam incidir sobre o imóvel, correrão por conta exclusiva da empresa concessionária, arcando, inclusive, com a realização de obras de infraestrutura para as suas instalações e ampliações.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

[www.lencoispaulista.sp.gov.br](http://www.lencoispaulista.sp.gov.br)

5.4.1. A concessionária fica obrigada a apresentar os comprovantes dos pagamentos das obrigações constantes no artigo anterior, sempre que exigido pelo Município.

5.5. As atividades a serem desenvolvidas na área concedida deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e, subsidiariamente, quando se tratar de instalação industrial, a Lei Estadual nº 5.597 de 6 de fevereiro de 1.987 ou outra legislação que venha a suceder.

5.6. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade também disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários.

5.7. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

5.8. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados ao Município, aos usuários, aos cidadãos de um modo geral e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência do contrato de concessão, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.9. O Executivo Municipal poderá, a qualquer momento e independente de prévia comunicação, realizar vistorias e fiscalizações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações constantes da Lei Municipal nº 5.256/2019 ou do contrato de concessão.

5.10. Caso as benfeitorias construídas no imóvel não estejam regularizadas, a Prefeitura ficará responsável pela regularização junto a todos os órgãos necessários e pela quitação de eventuais pendências junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) relativos a área edificada, devendo todos os custos serem descontados da concessionária anterior da área, nos termos do Artigo 19, Inciso II da Lei Municipal nº 5.256/2019.

5.11. Na hipótese de serem implantadas benfeitorias/construções no imóvel, e caso ainda não tenha sido finalizada pela Prefeitura a regularização da construção junto ao INSS, a concessionária assumirá os ônus quanto a regularização da construção existente ou, se o caso, poderá pleitear a prorrogação do prazo descrito na cláusula 5.1.

### **CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaalista.sp.gov.br

6.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa no valor de **10 (dez) MVR (Maior Valor de Referência)**<sup>1</sup> caso a concessionária apresente falhas de baixa gravidade na execução do contrato;
- c) Multa no valor de **20 (vinte) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de média gravidade na execução do contrato;
- d) Multa no valor de **50 (cinquenta) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de alta gravidade na execução do contrato;
- e) Multa no valor de **100 (cem) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de altíssima gravidade na execução do contrato;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

6.1.1. A graduação das penalidades se dará de acordo o relatório da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que indicará a gravidade das falhas apresentadas pela concessionária.

6.2. Na hipótese de não cumprimento dos encargos, prazos, exigências e obrigações assumidos pela concessionária, a área concedida poderá ser retomada e voltará a integrar o patrimônio do Município.

6.3. A retomada da área concedida será realizada através de lei municipal, precedida de parecer a ser elaborado pela Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que avaliará o cumprimento das condições da concessão.

6.4. No processo de retomada da área concedida, a concessionária terá 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, para oferecer defesa prévia e, em igual prazo, interpor recurso com efeitos devolutivo e suspensivo ao Prefeito Municipal.

6.5. No caso de retomada da área a concessionária não terá direito a indenização por parte do Município, exceto eventual direito ao benefício financeiro previsto no Capítulo II, Seção II, da

<sup>1</sup> M.V.R. equivale atualmente a R\$ 206,75 (duzentos e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme Decreto Executivo nº 887, de 09 de dezembro de 2022.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

7.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato.

7.2. As partes elegem o foro da cidade e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir dúvidas que porventura venham a surgir na interpretação do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para o único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, 23 de Outubro de 2023.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **CONCESSIONÁRIA:**

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando de Campos  
Secretário de Suprimentos e Licitações

\_\_\_\_\_  
Wagner Almeida dos Santos  
Proprietário

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CONTRATO N.º 204/2023

Concorrência n.º 008/2023  
Processo Adm. n.º 246/2023

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG n.º 45.659.022-5 SSP/SP e CPF n.º 303.493.438-61, e do outro lado a empresa **JOSILMAR DOMENI JUNIOR**, com sede na Rua Abílio Dalbe, n.º 709, no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, com registro no CNPJ/MF sob n.º 416647.555/0001-07, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, aqui representada pelo Sr.(a) Josilmar Domeni Junior, Proprietário, portador do RG n.º 48.823.538-8 e CPF n.º 409.938.048-37, tendo em vista o resultado da concorrência supracitada, que integra este termo, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado este contrato, regido pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. A presente concorrência tem por objeto a concessão de direito real de uso de lotes de terrenos com área de 1.000m<sup>2</sup> casa, localizados na rua Luiz Conti, Quadra G, no Distrito Empresarial “Luiz Trecenti” III, no estado em que se encontra, com a finalidade de instalar ou ampliar estabelecimento industrial, comercial ou prestador de serviços, nos termos das Leis Municipal n.º 5.256/2019 e 5.532/2022.

1.2. O referido imóvel possui cadastro municipal n.º 25.246-8, cadastro imobiliário n.º 36.077-5 e é objeto da matrícula n.º 36.674 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, assim descrita:

“Um terreno urbano, denominado lote 06, Quadra “G” do loteamento denominado Distrito Empresarial Luiz Trecenti, com área de 1.000,00 metros quadrados, situado neste município e comarca de Lençóis Paulista, à Rua Luiz Conti, lado ímpar.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA SUPORTE LEGAL

2.1. Faz parte integrante do presente contrato os seguintes documentos:

- a) Lei Federal n.º. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações;
- b) Lei Municipal n.º 5.256 de 12/08/2019 e suas alterações;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

- b) Edital da **CONCORRÊNCIA N.º. 008/2023** e seus anexos;  
c) Proposta do CONCESSIONÁRIA, devidamente assinada e rubricada;

### **CLÁUSULA TERCEIRA VALOR DA CONCESSÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

- 3.1. A concessão o valor convencionado é de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).
- 3.2. A concessionária poderá efetuar o pagamento do valor da outorga à vista ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais, concedendo-se carência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, para início do pagamento da primeira parcela.
- 3.3. A concessionária que optar pelo pagamento parcelado, deverá apresentar declaração no prazo de até cinco dias úteis para a assinatura do contrato, informando qual a quantidade de parcelas pretendidas.
- 3.4. Para efetuar o pagamento a concessionária deverá comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da(s) respectiva(s) guia(s) para recolhimento em agência bancária.
- 3.5. Sobre a mensalidade não paga no prazo estabelecido será cobrado multa na razão de 0,33% ao dia até o limite de 10% e juros de mora na razão de 1% ao mês.
- 3.6. O valor da parcela mensal será reajustado todo dia 1º de janeiro de cada ano, de acordo com o índice IPCA-IBGE, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 3.7. O reajuste estabelecido no subitem anterior ocorrerá independente da data em que o contrato for assinado.

### **CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 4.1.1. O contrato de concessão terá vigência de **10 (dez) anos** a contar da assinatura.
- 4.2. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos da concessão real de uso, poderá ser outorgada a escritura de doação da área, mediante lei municipal específica, precedida de parecer da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que verificará o atendimento das exigências e condições estabelecidas no contrato e na Lei Municipal nº 5.256/2019.

### **CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

5.1. As benfeitorias/construções a serem implementadas no imóvel, deverão ter seu início no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, cujas obras deverão estar concluídas no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

5.2. Não poderá ser dado ao imóvel concedido destinação diversa da objetivada na presente licitação e incompatível com o zoneamento.

5.3. São obrigações da concessionária:

- a) Regularizar o empreendimento e obter as aprovações necessárias ao funcionamento da empresa perante todos os órgãos que a atividade exigir;
- b) Arcar com os tributos municipais, estaduais e/ou federais inerentes ao imóvel e às atividades da empresa, durante todo o período de concessão e após eventual doação à concessionária;
- c) Manter a empresa em funcionamento pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, desenvolvendo as atividades previstas;
- d) Executar as obras de edificação conforme planta baixa ou croqui apresentado na licitação, salvo motivo justificado, que será analisado pela Comissão, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese a área construída e o investimento poderá ser inferior ao informado na proposta;
- e) Não ceder, transferir ou alienar a qualquer título o imóvel, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato de concessão, salvo se a cessão, transferência ou alienação tiver autorização expressa do Município;
- f) O imóvel concedido não poderá ser objeto de penhora, hipoteca ou qualquer outro ônus que venha gravá-lo, exceto nas situações previstas na Lei Municipal nº 5.256/2019;
- g) Instalar, no prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do contrato de concessão, uma placa em local visível, com tamanho de 100 (cem) centímetros x 100 (cem) centímetros, contendo os seguintes dados:
  - nome da empresa;
  - endereço;
  - telefone;
  - ramo de atividade; e,
  - número do contrato que concedeu a referida área.
- h) O terreno em questão possui desníveis, cabendo ao contemplado realizar as ações necessárias para nivelamento com a via pública.

5.4. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, vigilância, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras despesas que eventualmente possam incidir sobre o imóvel, correrão por conta exclusiva da empresa concessionária, arcando, inclusive, com a realização de obras de infraestrutura para as suas instalações e ampliações.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

[www.lencoispaulista.sp.gov.br](http://www.lencoispaulista.sp.gov.br)

5.4.1. A concessionária fica obrigada a apresentar os comprovantes dos pagamentos das obrigações constantes no artigo anterior, sempre que exigido pelo Município.

5.5. As atividades a serem desenvolvidas na área concedida deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e, subsidiariamente, quando se tratar de instalação industrial, a Lei Estadual nº 5.597 de 6 de fevereiro de 1.987 ou outra legislação que venha a suceder.

5.6. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade também disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários.

5.7. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

5.8. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados ao Município, aos usuários, aos cidadãos de um modo geral e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência do contrato de concessão, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.9. O Executivo Municipal poderá, a qualquer momento e independente de prévia comunicação, realizar vistorias e fiscalizações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações constantes da Lei Municipal nº 5.256/2019 ou do contrato de concessão.

5.10. Caso as benfeitorias construídas no imóvel não estejam regularizadas, a Prefeitura ficará responsável pela regularização junto a todos os órgãos necessários e pela quitação de eventuais pendências junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) relativos a área edificada, devendo todos os custos serem descontados da concessionária anterior da área, nos termos do Artigo 19, Inciso II da Lei Municipal nº 5.256/2019.

5.11. Na hipótese de serem implantadas benfeitorias/construções no imóvel, e caso ainda não tenha sido finalizada pela Prefeitura a regularização da construção junto ao INSS, a concessionária assumirá os ônus quanto a regularização da construção existente ou, se o caso, poderá pleitear a prorrogação do prazo descrito na cláusula 5.1.

### **CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

6.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa no valor de **10 (dez) MVR (Maior Valor de Referência)**<sup>1</sup> caso a concessionária apresente falhas de baixa gravidade na execução do contrato;
- c) Multa no valor de **20 (vinte) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de média gravidade na execução do contrato;
- d) Multa no valor de **50 (cinquenta) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de alta gravidade na execução do contrato;
- e) Multa no valor de **100 (cem) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de altíssima gravidade na execução do contrato;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

6.1.1. A graduação das penalidades se dará de acordo o relatório da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que indicará a gravidade das falhas apresentadas pela concessionária.

6.2. Na hipótese de não cumprimento dos encargos, prazos, exigências e obrigações assumidos pela concessionária, a área concedida poderá ser retomada e voltará a integrar o patrimônio do Município.

6.3. A retomada da área concedida será realizada através de lei municipal, precedida de parecer a ser elaborado pela Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que avaliará o cumprimento das condições da concessão.

6.4. No processo de retomada da área concedida, a concessionária terá 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, para oferecer defesa prévia e, em igual prazo, interpor recurso com efeitos devolutivo e suspensivo ao Prefeito Municipal.

6.5. No caso de retomada da área a concessionária não terá direito a indenização por parte do Município, exceto eventual direito ao benefício financeiro previsto no Capítulo II, Seção II, da

<sup>1</sup> M.V.R. equivale atualmente a R\$ 206,75 (duzentos e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme Decreto Executivo nº 887, de 09 de dezembro de 2022.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

7.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato.

7.2. As partes elegem o foro da cidade e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir dúvidas que porventura venham a surgir na interpretação do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para o único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, 23 de Outubro de 2023.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **CONCESSIONÁRIA:**

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando de Campos  
Secretário de Suprimentos e Licitações

\_\_\_\_\_  
Josilmar Domeni Junior  
Proprietário

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CONTRATO N.º 205/2023

Concorrência n.º 008/2023  
Processo Adm. n.º 246/2023

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG n.º 45.659.022-5 SSP/SP e CPF n.º 303.493.438-61, e do outro lado a empresa **D.A. MOREIRA DA SILVA DESENTUPIDORA**, com sede na Avenida Dante Andreoli, n.º 21, no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, com registro no CNPJ/MF sob n.º 26.853.232/0001-86, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, aqui representada pelo Sr.(a) Deise Aparecida Moreira da Silva, Proprietária, portador do RG n.º 29.268.982-2 e CPF n.º 256.131.518-57, tendo em vista o resultado da concorrência supracitada, que integra este termo, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado este contrato, regido pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. A presente concorrência tem por objeto a concessão de direito real de uso de lotes de terrenos com área de 1.000m<sup>2</sup> casa, localizados na rua Luiz Conti, Quadra G, no Distrito Empresarial “Luiz Trecenti” III, no estado em que se encontra, com a finalidade de instalar ou ampliar estabelecimento industrial, comercial ou prestador de serviços, nos termos das Leis Municipal n.º 5.256/2019 e 5.532/2022.

1.2. O referido imóvel possui cadastro municipal n.º 25.246.8, cadastro imobiliário n.º 36.078-3 e é objeto da matrícula n.º 36.675 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, assim descrita:

“Um terreno urbano, denominado lote 07, Quadra G do loteamento denominado Distrito Empresarial Luiz Trecenti, com área de 1.000,00 metros quadrados, situado neste município e comarca de Lençóis Paulista, à Rua Luiz Conti.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA SUPORTE LEGAL

2.1. Faz parte integrante do presente contrato os seguintes documentos:

- a) Lei Federal n.º. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações;
- b) Lei Municipal n.º 5.256 de 12/08/2019 e suas alterações;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

- b) Edital da **CONCORRÊNCIA N.º. 008/2023** e seus anexos;  
c) Proposta do CONCESSIONÁRIA, devidamente assinada e rubricada;

### CLÁUSULA TERCEIRA VALOR DA CONCESSÃO E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1. A concessão o valor convencionado é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- 3.2. A concessionária poderá efetuar o pagamento do valor da outorga à vista ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais, concedendo-se carência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, para início do pagamento da primeira parcela.
- 3.3. A concessionária que optar pelo pagamento parcelado, deverá apresentar declaração no prazo de até cinco dias úteis para a assinatura do contrato, informando qual a quantidade de parcelas pretendidas.
- 3.4. Para efetuar o pagamento a concessionária deverá comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da(s) respectiva(s) guia(s) para recolhimento em agência bancária.
- 3.5. Sobre a mensalidade não paga no prazo estabelecido será cobrado multa na razão de 0,33% ao dia até o limite de 10% e juros de mora na razão de 1% ao mês.
- 3.6. O valor da parcela mensal será reajustado todo dia 1º de janeiro de cada ano, de acordo com o índice IPCA-IBGE, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 3.7. O reajuste estabelecido no subitem anterior ocorrerá independente da data em que o contrato for assinado.

### CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1.1. O contrato de concessão terá vigência de **10 (dez) anos** a contar da assinatura.
- 4.2. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos da concessão real de uso, poderá ser outorgada a escritura de doação da área, mediante lei municipal específica, precedida de parecer da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que verificará o atendimento das exigências e condições estabelecidas no contrato e na Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

5.1. As benfeitorias/construções a serem implementadas no imóvel, deverão ter seu início no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, cujas obras deverão estar concluídas no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

5.2. Não poderá ser dado ao imóvel concedido destinação diversa da objetivada na presente licitação e incompatível com o zoneamento.

5.3. São obrigações da concessionária:

- a) Regularizar o empreendimento e obter as aprovações necessárias ao funcionamento da empresa perante todos os órgãos que a atividade exigir;
- b) Arcar com os tributos municipais, estaduais e/ou federais inerentes ao imóvel e às atividades da empresa, durante todo o período de concessão e após eventual doação à concessionária;
- c) Manter a empresa em funcionamento pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, desenvolvendo as atividades previstas;
- d) Executar as obras de edificação conforme planta baixa ou croqui apresentado na licitação, salvo motivo justificado, que será analisado pela Comissão, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese a área construída e o investimento poderá ser inferior ao informado na proposta;
- e) Não ceder, transferir ou alienar a qualquer título o imóvel, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato de concessão, salvo se a cessão, transferência ou alienação tiver autorização expressa do Município;
- f) O imóvel concedido não poderá ser objeto de penhora, hipoteca ou qualquer outro ônus que venha gravá-lo, exceto nas situações previstas na Lei Municipal nº 5.256/2019;
- g) Instalar, no prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do contrato de concessão, uma placa em local visível, com tamanho de 100 (cem) centímetros x 100 (cem) centímetros, contendo os seguintes dados:
  - nome da empresa;
  - endereço;
  - telefone;
  - ramo de atividade; e,
  - número do contrato que concedeu a referida área.
- h) O terreno em questão possui desníveis, cabendo ao contemplado realizar as ações necessárias para nivelamento com a via pública.

5.4. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, vigilância, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras despesas que eventualmente possam incidir sobre o imóvel, correrão por conta exclusiva da empresa concessionária, arcando, inclusive, com a realização de obras de infraestrutura para as suas instalações e ampliações.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

[www.lencoispaulista.sp.gov.br](http://www.lencoispaulista.sp.gov.br)

5.4.1. A concessionária fica obrigada a apresentar os comprovantes dos pagamentos das obrigações constantes no artigo anterior, sempre que exigido pelo Município.

5.5. As atividades a serem desenvolvidas na área concedida deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e, subsidiariamente, quando se tratar de instalação industrial, a Lei Estadual nº 5.597 de 6 de fevereiro de 1.987 ou outra legislação que venha a suceder.

5.6. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade também disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários.

5.7. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

5.8. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados ao Município, aos usuários, aos cidadãos de um modo geral e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência do contrato de concessão, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.9. O Executivo Municipal poderá, a qualquer momento e independente de prévia comunicação, realizar vistorias e fiscalizações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações constantes da Lei Municipal nº 5.256/2019 ou do contrato de concessão.

5.10. Caso as benfeitorias construídas no imóvel não estejam regularizadas, a Prefeitura ficará responsável pela regularização junto a todos os órgãos necessários e pela quitação de eventuais pendências junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) relativos a área edificada, devendo todos os custos serem descontados da concessionária anterior da área, nos termos do Artigo 19, Inciso II da Lei Municipal nº 5.256/2019.

5.11. Na hipótese de serem implantadas benfeitorias/construções no imóvel, e caso ainda não tenha sido finalizada pela Prefeitura a regularização da construção junto ao INSS, a concessionária assumirá os ônus quanto a regularização da construção existente ou, se o caso, poderá pleitear a prorrogação do prazo descrito na cláusula 5.1.

### **CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

6.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa no valor de **10 (dez) MVR (Maior Valor de Referência)**<sup>1</sup> caso a concessionária apresente falhas de baixa gravidade na execução do contrato;
- c) Multa no valor de **20 (vinte) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de média gravidade na execução do contrato;
- d) Multa no valor de **50 (cinquenta) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de alta gravidade na execução do contrato;
- e) Multa no valor de **100 (cem) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de altíssima gravidade na execução do contrato;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

6.1.1. A graduação das penalidades se dará de acordo o relatório da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que indicará a gravidade das falhas apresentadas pela concessionária.

6.2. Na hipótese de não cumprimento dos encargos, prazos, exigências e obrigações assumidos pela concessionária, a área concedida poderá ser retomada e voltará a integrar o patrimônio do Município.

6.3. A retomada da área concedida será realizada através de lei municipal, precedida de parecer a ser elaborado pela Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que avaliará o cumprimento das condições da concessão.

6.4. No processo de retomada da área concedida, a concessionária terá 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, para oferecer defesa prévia e, em igual prazo, interpor recurso com efeitos devolutivo e suspensivo ao Prefeito Municipal.

6.5. No caso de retomada da área a concessionária não terá direito a indenização por parte do Município, exceto eventual direito ao benefício financeiro previsto no Capítulo II, Seção II, da

<sup>1</sup> M.V.R. equivale atualmente a R\$ 206,75 (duzentos e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme Decreto Executivo nº 887, de 09 de dezembro de 2022.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

7.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato.

7.2. As partes elegem o foro da cidade e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir dúvidas que porventura venham a surgir na interpretação do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para o único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, 23 de Outubro de 2023.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **CONCESSIONÁRIA:**

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando de Campos  
Secretário de Suprimentos e Licitações

\_\_\_\_\_  
Deise Aparecida Moreira da Silva  
Proprietária

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CONTRATO N.º 206/2023

Concorrência n.º 008/2023  
Processo Adm. n.º 246/2023

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG n.º 45.659.022-5 SSP/SP e CPF n.º 303.493.438-61, e do outro lado a empresa **ZANELATO & ZANELATO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA LTDA.**, com sede na Rua João Capoani, n.º 240, no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, com registro no CNPJ/MF sob n.º 29.795.928/0001-91, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, aqui representada pelo Sr.(a) Roberto Zanelato, Proprietário, portador do RG n.º 29.269.017-4 e CPF n.º 280.409.028-76, tendo em vista o resultado da concorrência supracitada, que integra este termo, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado este contrato, regido pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. A presente concorrência tem por objeto a concessão de direito real de uso de lotes de terrenos com área de 1.000m<sup>2</sup> casa, localizados na rua Luiz Conti, Quadra G, no Distrito Empresarial “Luiz Trecenti” III, no estado em que se encontra, com a finalidade de instalar ou ampliar estabelecimento industrial, comercial ou prestador de serviços, nos termos das Leis Municipais n.º 5.256/2019 e 5.532/2022.

1.2. O referido imóvel possui cadastro municipal n.º 25.246-8, cadastro imobiliário n.º 36.079-1 e é objeto da matrícula n.º 36.676 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, assim descrita:

“Um terreno urbano, denominado lote 08, Quadra G do loteamento denominado Distrito Empresarial Luiz Trecenti, com área de 1.000,00 metros quadrados, situado neste município e comarca de Lençóis Paulista, à Rua Luiz Conti.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA SUPORTE LEGAL

2.1. Faz parte integrante do presente contrato os seguintes documentos:  
a) Lei Federal n.º. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

- b) Lei Municipal n.º 5.256 de 12/08/2019 e suas alterações;
- b) Edital da **CONCORRÊNCIA N.º. 008/2023** e seus anexos;
- c) Proposta do CONCESSIONÁRIA, devidamente assinada e rubricada;

### CLÁUSULA TERCEIRA VALOR DA CONCESSÃO E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1. A concessão o valor convencionado é de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil).
- 3.2. A concessionária poderá efetuar o pagamento do valor da outorga à vista ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais, concedendo-se carência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, para início do pagamento da primeira parcela.
- 3.3. A concessionária que optar pelo pagamento parcelado, deverá apresentar declaração no prazo de até cinco dias úteis para a assinatura do contrato, informando qual a quantidade de parcelas pretendidas.
- 3.4. Para efetuar o pagamento a concessionária deverá comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da(s) respectiva(s) guia(s) para recolhimento em agência bancária.
- 3.5. Sobre a mensalidade não paga no prazo estabelecido será cobrado multa na razão de 0,33% ao dia até o limite de 10% e juros de mora na razão de 1% ao mês.
- 3.6. O valor da parcela mensal será reajustado todo dia 1º de janeiro de cada ano, de acordo com o índice IPCA-IBGE, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 3.7. O reajuste estabelecido no subitem anterior ocorrerá independente da data em que o contrato for assinado.

### CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1.1. O contrato de concessão terá vigência de **10 (dez) anos** a contar da assinatura.
- 4.2. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos da concessão real de uso, poderá ser outorgada a escritura de doação da área, mediante lei municipal específica, precedida de parecer da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que verificará o atendimento das exigências e condições estabelecidas no contrato e na Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

5.1. As benfeitorias/construções a serem implementadas no imóvel, deverão ter seu início no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, cujas obras deverão estar concluídas no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

5.2. Não poderá ser dado ao imóvel concedido destinação diversa da objetivada na presente licitação e incompatível com o zoneamento.

5.3. São obrigações da concessionária:

- a) Regularizar o empreendimento e obter as aprovações necessárias ao funcionamento da empresa perante todos os órgãos que a atividade exigir;
- b) Arcar com os tributos municipais, estaduais e/ou federais inerentes ao imóvel e às atividades da empresa, durante todo o período de concessão e após eventual doação à concessionária;
- c) Manter a empresa em funcionamento pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, desenvolvendo as atividades previstas;
- d) Executar as obras de edificação conforme planta baixa ou croqui apresentado na licitação, salvo motivo justificado, que será analisado pela Comissão, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese a área construída e o investimento poderá ser inferior ao informado na proposta;
- e) Não ceder, transferir ou alienar a qualquer título o imóvel, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato de concessão, salvo se a cessão, transferência ou alienação tiver autorização expressa do Município;
- f) O imóvel concedido não poderá ser objeto de penhora, hipoteca ou qualquer outro ônus que venha gravá-lo, exceto nas situações previstas na Lei Municipal nº 5.256/2019;
- g) Instalar, no prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do contrato de concessão, uma placa em local visível, com tamanho de 100 (cem) centímetros x 100 (cem) centímetros, contendo os seguintes dados:
  - nome da empresa;
  - endereço;
  - telefone;
  - ramo de atividade; e,
  - número do contrato que concedeu a referida área.
- h) O terreno em questão possui desníveis, cabendo ao contemplado realizar as ações necessárias para nivelamento com a via pública.

5.4. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, vigilância, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras despesas que eventualmente possam incidir sobre o imóvel, correrão por conta exclusiva da empresa concessionária, arcando, inclusive, com a realização de obras de infraestrutura para as suas instalações e ampliações.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

[www.lencoispaulista.sp.gov.br](http://www.lencoispaulista.sp.gov.br)

5.4.1. A concessionária fica obrigada a apresentar os comprovantes dos pagamentos das obrigações constantes no artigo anterior, sempre que exigido pelo Município.

5.5. As atividades a serem desenvolvidas na área concedida deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e, subsidiariamente, quando se tratar de instalação industrial, a Lei Estadual nº 5.597 de 6 de fevereiro de 1.987 ou outra legislação que venha a suceder.

5.6. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade também disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários.

5.7. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

5.8. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados ao Município, aos usuários, aos cidadãos de um modo geral e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência do contrato de concessão, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.9. O Executivo Municipal poderá, a qualquer momento e independente de prévia comunicação, realizar vistorias e fiscalizações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações constantes da Lei Municipal nº 5.256/2019 ou do contrato de concessão.

5.10. Caso as benfeitorias construídas no imóvel não estejam regularizadas, a Prefeitura ficará responsável pela regularização junto a todos os órgãos necessários e pela quitação de eventuais pendências junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) relativos a área edificada, devendo todos os custos serem descontados da concessionária anterior da área, nos termos do Artigo 19, Inciso II da Lei Municipal nº 5.256/2019.

5.11. Na hipótese de serem implantadas benfeitorias/construções no imóvel, e caso ainda não tenha sido finalizada pela Prefeitura a regularização da construção junto ao INSS, a concessionária assumirá os ônus quanto a regularização da construção existente ou, se o caso, poderá pleitear a prorrogação do prazo descrito na cláusula 5.1.

### **CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

6.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa no valor de **10 (dez) MVR (Maior Valor de Referência)**<sup>1</sup> caso a concessionária apresente falhas de baixa gravidade na execução do contrato;
- c) Multa no valor de **20 (vinte) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de média gravidade na execução do contrato;
- d) Multa no valor de **50 (cinquenta) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de alta gravidade na execução do contrato;
- e) Multa no valor de **100 (cem) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de altíssima gravidade na execução do contrato;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

6.1.1. A graduação das penalidades se dará de acordo o relatório da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que indicará a gravidade das falhas apresentadas pela concessionária.

6.2. Na hipótese de não cumprimento dos encargos, prazos, exigências e obrigações assumidos pela concessionária, a área concedida poderá ser retomada e voltará a integrar o patrimônio do Município.

6.3. A retomada da área concedida será realizada através de lei municipal, precedida de parecer a ser elaborado pela Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que avaliará o cumprimento das condições da concessão.

6.4. No processo de retomada da área concedida, a concessionária terá 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, para oferecer defesa prévia e, em igual prazo, interpor recurso com efeitos devolutivo e suspensivo ao Prefeito Municipal.

6.5. No caso de retomada da área a concessionária não terá direito a indenização por parte do Município, exceto eventual direito ao benefício financeiro previsto no Capítulo II, Seção II, da

<sup>1</sup> M.V.R. equivale atualmente a R\$ 206,75 (duzentos e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme Decreto Executivo nº 887, de 09 de dezembro de 2022.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

7.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato.

7.2. As partes elegem o foro da cidade e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir dúvidas que porventura venham a surgir na interpretação do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para o único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, 23 de Outubro de 2023.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **CONCESSIONÁRIA:**

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando de Campos  
Secretário de Suprimentos e Licitações

\_\_\_\_\_  
Roberto Zanelato  
Proprietário

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CONTRATO N.º 207/2023

Concorrência n.º 008/2023  
Processo Adm. n.º 246/2023

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG n.º 45.659.022-5 SSP/SP e CPF n.º 303.493.438-61, e do outro lado a empresa **HERMANO PULICCI HATUM**, com sede na Rua André Baccili, n.º 221, no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, com registro no CNPJ/MF sob n.º 22.548.672/0001-79, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, aqui representada pelo Sr.(a) Hermano Pulicci Hatum, Proprietário, portador do RG n.º 40.893.801-8 e CPF n.º 377.615.098-08, tendo em vista o resultado da concorrência supracitada, que integra este termo, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado este contrato, regido pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. A presente concorrência tem por objeto a concessão de direito real de uso de lotes de terrenos com área de 1.000m<sup>2</sup> casa, localizados na rua Luiz Conti, Quadra G, no Distrito Empresarial “Luiz Trecenti” III, no estado em que se encontra, com a finalidade de instalar ou ampliar estabelecimento industrial, comercial ou prestador de serviços, nos termos das Leis Municipal n.º 5.256/2019 e 5.532/2022.

1.2. O referido imóvel possui cadastro municipal n.º 25.246-8, cadastro imobiliário n.º 36.080-5 e é objeto da matrícula n.º 36.677 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, assim descrita:

“Um terreno urbano, denominado lote 09, Quadra G do loteamento denominado Distrito Empresarial Luiz Trecenti, com área de 1.000,00 metros quadrados, situado neste município e comarca de Lençóis Paulista, à Rua Oceania, lado ímpar.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA SUPORTE LEGAL

2.1. Faz parte integrante do presente contrato os seguintes documentos:

- a) Lei Federal n.º. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações;
- b) Lei Municipal n.º 5.256 de 12/08/2019 e suas alterações;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

- b) Edital da **CONCORRÊNCIA N.º. 008/2023** e seus anexos;  
c) Proposta do CONCESSIONÁRIA, devidamente assinada e rubricada;

### CLÁUSULA TERCEIRA VALOR DA CONCESSÃO E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1. A concessão o valor convencionado é de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).
- 3.2. A concessionária poderá efetuar o pagamento do valor da outorga à vista ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais, concedendo-se carência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, para início do pagamento da primeira parcela.
- 3.3. A concessionária que optar pelo pagamento parcelado, deverá apresentar declaração no prazo de até cinco dias úteis para a assinatura do contrato, informando qual a quantidade de parcelas pretendidas.
- 3.4. Para efetuar o pagamento a concessionária deverá comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da(s) respectiva(s) guia(s) para recolhimento em agência bancária.
- 3.5. Sobre a mensalidade não paga no prazo estabelecido será cobrado multa na razão de 0,33% ao dia até o limite de 10% e juros de mora na razão de 1% ao mês.
- 3.6. O valor da parcela mensal será reajustado todo dia 1º de janeiro de cada ano, de acordo com o índice IPCA-IBGE, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 3.7. O reajuste estabelecido no subitem anterior ocorrerá independente da data em que o contrato for assinado.

### CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1.1. O contrato de concessão terá vigência de **10 (dez) anos** a contar da assinatura.
- 4.2. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos da concessão real de uso, poderá ser outorgada a escritura de doação da área, mediante lei municipal específica, precedida de parecer da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que verificará o atendimento das exigências e condições estabelecidas no contrato e na Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

5.1. As benfeitorias/construções a serem implementadas no imóvel, deverão ter seu início no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, cujas obras deverão estar concluídas no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

5.2. Não poderá ser dado ao imóvel concedido destinação diversa da objetivada na presente licitação e incompatível com o zoneamento.

5.3. São obrigações da concessionária:

- a) Regularizar o empreendimento e obter as aprovações necessárias ao funcionamento da empresa perante todos os órgãos que a atividade exigir;
- b) Arcar com os tributos municipais, estaduais e/ou federais inerentes ao imóvel e às atividades da empresa, durante todo o período de concessão e após eventual doação à concessionária;
- c) Manter a empresa em funcionamento pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, desenvolvendo as atividades previstas;
- d) Executar as obras de edificação conforme planta baixa ou croqui apresentado na licitação, salvo motivo justificado, que será analisado pela Comissão, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese a área construída e o investimento poderá ser inferior ao informado na proposta;
- e) Não ceder, transferir ou alienar a qualquer título o imóvel, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato de concessão, salvo se a cessão, transferência ou alienação tiver autorização expressa do Município;
- f) O imóvel concedido não poderá ser objeto de penhora, hipoteca ou qualquer outro ônus que venha gravá-lo, exceto nas situações previstas na Lei Municipal nº 5.256/2019;
- g) Instalar, no prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do contrato de concessão, uma placa em local visível, com tamanho de 100 (cem) centímetros x 100 (cem) centímetros, contendo os seguintes dados:
  - nome da empresa;
  - endereço;
  - telefone;
  - ramo de atividade; e,
  - número do contrato que concedeu a referida área.
- h) O terreno em questão possui desníveis, cabendo ao contemplado realizar as ações necessárias para nivelamento com a via pública.

5.4. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, vigilância, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras despesas que eventualmente possam incidir sobre o imóvel, correrão por conta exclusiva da empresa concessionária, arcando, inclusive, com a realização de obras de infraestrutura para as suas instalações e ampliações.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

[www.lencoispaulista.sp.gov.br](http://www.lencoispaulista.sp.gov.br)

5.4.1. A concessionária fica obrigada a apresentar os comprovantes dos pagamentos das obrigações constantes no artigo anterior, sempre que exigido pelo Município.

5.5. As atividades a serem desenvolvidas na área concedida deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e, subsidiariamente, quando se tratar de instalação industrial, a Lei Estadual nº 5.597 de 6 de fevereiro de 1.987 ou outra legislação que venha a suceder.

5.6. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade também disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários.

5.7. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

5.8. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados ao Município, aos usuários, aos cidadãos de um modo geral e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência do contrato de concessão, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.9. O Executivo Municipal poderá, a qualquer momento e independente de prévia comunicação, realizar vistorias e fiscalizações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações constantes da Lei Municipal nº 5.256/2019 ou do contrato de concessão.

5.10. Caso as benfeitorias construídas no imóvel não estejam regularizadas, a Prefeitura ficará responsável pela regularização junto a todos os órgãos necessários e pela quitação de eventuais pendências junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) relativos a área edificada, devendo todos os custos serem descontados da concessionária anterior da área, nos termos do Artigo 19, Inciso II da Lei Municipal nº 5.256/2019.

5.11. Na hipótese de serem implantadas benfeitorias/construções no imóvel, e caso ainda não tenha sido finalizada pela Prefeitura a regularização da construção junto ao INSS, a concessionária assumirá os ônus quanto a regularização da construção existente ou, se o caso, poderá pleitear a prorrogação do prazo descrito na cláusula 5.1.

### **CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

6.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa no valor de **10 (dez) MVR (Maior Valor de Referência)**<sup>1</sup> caso a concessionária apresente falhas de baixa gravidade na execução do contrato;
- c) Multa no valor de **20 (vinte) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de média gravidade na execução do contrato;
- d) Multa no valor de **50 (cinquenta) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de alta gravidade na execução do contrato;
- e) Multa no valor de **100 (cem) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de altíssima gravidade na execução do contrato;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

6.1.1. A graduação das penalidades se dará de acordo o relatório da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que indicará a gravidade das falhas apresentadas pela concessionária.

6.2. Na hipótese de não cumprimento dos encargos, prazos, exigências e obrigações assumidos pela concessionária, a área concedida poderá ser retomada e voltará a integrar o patrimônio do Município.

6.3. A retomada da área concedida será realizada através de lei municipal, precedida de parecer a ser elaborado pela Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que avaliará o cumprimento das condições da concessão.

6.4. No processo de retomada da área concedida, a concessionária terá 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, para oferecer defesa prévia e, em igual prazo, interpor recurso com efeitos devolutivo e suspensivo ao Prefeito Municipal.

6.5. No caso de retomada da área a concessionária não terá direito a indenização por parte do Município, exceto eventual direito ao benefício financeiro previsto no Capítulo II, Seção II, da

<sup>1</sup> M.V.R. equivale atualmente a R\$ 206,75 (duzentos e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme Decreto Executivo nº 887, de 09 de dezembro de 2022.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

7.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato.

7.2. As partes elegem o foro da cidade e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir dúvidas que porventura venham a surgir na interpretação do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para o único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, 23 de Outubro de 2023.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **CONCESSIONÁRIA:**

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando de Campos  
Secretário de Suprimentos e Licitações

\_\_\_\_\_  
Hermano Pulicci Hatum  
Proprietário

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CONTRATO N.º 208/2023

Concorrência n.º 008/2023  
Processo Adm. n.º 246/2023

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG n.º 45.659.022-5 SSP/SP e CPF n.º 303.493.438-61, e do outro lado a empresa **ALESSANDRO JOSÉ MORELLO**, com sede na Octaviano Brisola, n.º 64, no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, com registro no CNPJ/MF sob n.º 45.529.881/0001-70, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, aqui representada pelo Sr.(a) Alessandro José Morello, Proprietário, portador do RG n.º 23.358.504-7 e CPF n.º 171.735.038-00, tendo em vista o resultado da concorrência supracitada, que integra este termo, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado este contrato, regido pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. A presente concorrência tem por objeto a concessão de direito real de uso de lotes de terrenos com área de 1.000m<sup>2</sup> casa, localizados na rua Luiz Conti, Quadra G, no Distrito Empresarial “Luiz Trecenti” III, no estado em que se encontra, com a finalidade de instalar ou ampliar estabelecimento industrial, comercial ou prestador de serviços, nos termos das Leis Municipal n.º 5.256/2019 e 5.532/2022.

1.2. O referido imóvel possui cadastro municipal n.º 25.246-8, cadastro imobiliário n.º 36.081-3 e é objeto da matrícula n.º 36.678 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, assim descrita:

“Um terreno urbano, denominado lote 10, Quadra G do loteamento denominado Distrito Empresarial Luiz Trecenti, com área de 1.000,00 metros quadrados, situado neste município e comarca de Lençóis Paulista, à Rua Oceania, lado ímpar.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA SUPORTE LEGAL

2.1. Faz parte integrante do presente contrato os seguintes documentos:

- a) Lei Federal n.º. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações;
- b) Lei Municipal n.º 5.256 de 12/08/2019 e suas alterações;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

- b) Edital da **CONCORRÊNCIA N.º. 008/2023** e seus anexos;  
c) Proposta do **CONCESSIONÁRIA**, devidamente assinada e rubricada;

### CLÁUSULA TERCEIRA VALOR DA CONCESSÃO E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1. A concessão o valor convencionado é de R\$ 152.500,00 (cento e cinquenta e dois mil e quinhentos reais).
- 3.2. A concessionária poderá efetuar o pagamento do valor da outorga à vista ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais, concedendo-se carência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, para início do pagamento da primeira parcela.
- 3.3. A concessionária que optar pelo pagamento parcelado, deverá apresentar declaração no prazo de até cinco dias úteis para a assinatura do contrato, informando qual a quantidade de parcelas pretendidas.
- 3.4. Para efetuar o pagamento a concessionária deverá comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da(s) respectiva(s) guia(s) para recolhimento em agência bancária.
- 3.5. Sobre a mensalidade não paga no prazo estabelecido será cobrado multa na razão de 0,33% ao dia até o limite de 10% e juros de mora na razão de 1% ao mês.
- 3.6. O valor da parcela mensal será reajustado todo dia 1º de janeiro de cada ano, de acordo com o índice IPCA-IBGE, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 3.7. O reajuste estabelecido no subitem anterior ocorrerá independente da data em que o contrato for assinado.

### CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1.1. O contrato de concessão terá vigência de **10 (dez) anos** a contar da assinatura.
- 4.2. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos da concessão real de uso, poderá ser outorgada a escritura de doação da área, mediante lei municipal específica, precedida de parecer da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que verificará o atendimento das exigências e condições estabelecidas no contrato e na Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

5.1. As benfeitorias/construções a serem implementadas no imóvel, deverão ter seu início no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, cujas obras deverão estar concluídas no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

5.2. Não poderá ser dado ao imóvel concedido destinação diversa da objetivada na presente licitação e incompatível com o zoneamento.

5.3. São obrigações da concessionária:

- a) Regularizar o empreendimento e obter as aprovações necessárias ao funcionamento da empresa perante todos os órgãos que a atividade exigir;
- b) Arcar com os tributos municipais, estaduais e/ou federais inerentes ao imóvel e às atividades da empresa, durante todo o período de concessão e após eventual doação à concessionária;
- c) Manter a empresa em funcionamento pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, desenvolvendo as atividades previstas;
- d) Executar as obras de edificação conforme planta baixa ou croqui apresentado na licitação, salvo motivo justificado, que será analisado pela Comissão, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese a área construída e o investimento poderá ser inferior ao informado na proposta;
- e) Não ceder, transferir ou alienar a qualquer título o imóvel, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato de concessão, salvo se a cessão, transferência ou alienação tiver autorização expressa do Município;
- f) O imóvel concedido não poderá ser objeto de penhora, hipoteca ou qualquer outro ônus que venha gravá-lo, exceto nas situações previstas na Lei Municipal nº 5.256/2019;
- g) Instalar, no prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do contrato de concessão, uma placa em local visível, com tamanho de 100 (cem) centímetros x 100 (cem) centímetros, contendo os seguintes dados:
  - nome da empresa;
  - endereço;
  - telefone;
  - ramo de atividade; e,
  - número do contrato que concedeu a referida área.
- h) O terreno em questão possui desníveis, cabendo ao contemplado realizar as ações necessárias para nivelamento com a via pública.

5.4. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, vigilância, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras despesas que eventualmente possam incidir sobre o imóvel, correrão por conta exclusiva da empresa concessionária, arcando, inclusive, com a realização de obras de infraestrutura para as suas instalações e ampliações.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

[www.lencoispaulista.sp.gov.br](http://www.lencoispaulista.sp.gov.br)

5.4.1. A concessionária fica obrigada a apresentar os comprovantes dos pagamentos das obrigações constantes no artigo anterior, sempre que exigido pelo Município.

5.5. As atividades a serem desenvolvidas na área concedida deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e, subsidiariamente, quando se tratar de instalação industrial, a Lei Estadual nº 5.597 de 6 de fevereiro de 1.987 ou outra legislação que venha a suceder.

5.6. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade também disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários.

5.7. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

5.8. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados ao Município, aos usuários, aos cidadãos de um modo geral e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência do contrato de concessão, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.9. O Executivo Municipal poderá, a qualquer momento e independente de prévia comunicação, realizar vistorias e fiscalizações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações constantes da Lei Municipal nº 5.256/2019 ou do contrato de concessão.

5.10. Caso as benfeitorias construídas no imóvel não estejam regularizadas, a Prefeitura ficará responsável pela regularização junto a todos os órgãos necessários e pela quitação de eventuais pendências junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) relativos a área edificada, devendo todos os custos serem descontados da concessionária anterior da área, nos termos do Artigo 19, Inciso II da Lei Municipal nº 5.256/2019.

5.11. Na hipótese de serem implantadas benfeitorias/construções no imóvel, e caso ainda não tenha sido finalizada pela Prefeitura a regularização da construção junto ao INSS, a concessionária assumirá os ônus quanto a regularização da construção existente ou, se o caso, poderá pleitear a prorrogação do prazo descrito na cláusula 5.1.

### **CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

6.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa no valor de **10 (dez) MVR (Maior Valor de Referência)**<sup>1</sup> caso a concessionária apresente falhas de baixa gravidade na execução do contrato;
- c) Multa no valor de **20 (vinte) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de média gravidade na execução do contrato;
- d) Multa no valor de **50 (cinquenta) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de alta gravidade na execução do contrato;
- e) Multa no valor de **100 (cem) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de altíssima gravidade na execução do contrato;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

6.1.1. A graduação das penalidades se dará de acordo o relatório da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que indicará a gravidade das falhas apresentadas pela concessionária.

6.2. Na hipótese de não cumprimento dos encargos, prazos, exigências e obrigações assumidos pela concessionária, a área concedida poderá ser retomada e voltará a integrar o patrimônio do Município.

6.3. A retomada da área concedida será realizada através de lei municipal, precedida de parecer a ser elaborado pela Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que avaliará o cumprimento das condições da concessão.

6.4. No processo de retomada da área concedida, a concessionária terá 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, para oferecer defesa prévia e, em igual prazo, interpor recurso com efeitos devolutivo e suspensivo ao Prefeito Municipal.

6.5. No caso de retomada da área a concessionária não terá direito a indenização por parte do Município, exceto eventual direito ao benefício financeiro previsto no Capítulo II, Seção II, da

<sup>1</sup> M.V.R. equivale atualmente a R\$ 206,75 (duzentos e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme Decreto Executivo nº 887, de 09 de dezembro de 2022.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

7.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato.

7.2. As partes elegem o foro da cidade e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir dúvidas que porventura venham a surgir na interpretação do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para o único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, 23 de Outubro de 2023.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **CONCESSIONÁRIA:**

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando de Campos  
Secretário de Suprimentos e Licitações

\_\_\_\_\_  
Alessandro José Morello  
Proprietário

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

### CONTRATO N.º 209/2023

Concorrência n.º 008/2023  
Processo Adm. n.º 246/2023

Pelo presente instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**, com sede à Praça das Palmeiras n.º. 55, inscrita no CNPJ sob n.º 46.200.846/0001-76, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato pelo Secretário de Suprimentos e Licitações, Sr. Luiz Fernando de Campos, brasileiro, casado, funcionário público municipal, portador da cédula de identidade RG n.º 45.659.022-5 SSP/SP e CPF n.º 303.493.438-61, e do outro lado a empresa **L.A. BATISTA MONTAGENS ME**, com sede na Rua Camilo da Cunha, n.º 181, Jardim São João, no município de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, com registro no CNPJ/MF sob n.º 29.093.757/0001-59, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, aqui representada pelo Sr.(a) Luiz Antonio Batista, Proprietário, portador do RG n.º 20.562.506 e CPF n.º 141.301.678-20, tendo em vista o resultado da concorrência supracitada, que integra este termo, independentemente de transcrição, têm entre si ajustado este contrato, regido pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. A presente concorrência tem por objeto a concessão de direito real de uso de lotes de terrenos com área de 1.000m<sup>2</sup> casa, localizados na rua Luiz Conti, Quadra G, no Distrito Empresarial “Luiz Trecenti” III, no estado em que se encontra, com a finalidade de instalar ou ampliar estabelecimento industrial, comercial ou prestador de serviços, nos termos das Leis Municipal n.º 5.256/2019 e 5.532/2022.

1.2. O referido imóvel possui cadastro municipal n.º 25.246,8, cadastro imobiliário n.º 36.082 e é objeto da matrícula n.º 36.679 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, assim descrita:

“Um terreno urbano, denominado lote 11 do loteamento denominado Distrito Empresarial Luiz Trecenti, com área de 1.000,00 metros quadrados, situado neste município e comarca de Lençóis Paulista, à Rua Oceania, lado ímpar.”

#### CLÁUSULA SEGUNDA SUPORTE LEGAL

2.1. Faz parte integrante do presente contrato os seguintes documentos:

- a) Lei Federal n.º. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações;
- b) Lei Municipal n.º 5.256 de 12/08/2019 e suas alterações;
- b) Edital da **CONCORRÊNCIA N.º. 008/2023** e seus anexos;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

c) Proposta do CONCESSIONÁRIA, devidamente assinada e rubricada;

### **CLÁUSULA TERCEIRA VALOR DA CONCESSÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

3.1. A concessão o valor convencionado é de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

3.2. A concessionária poderá efetuar o pagamento do valor da outorga à vista ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais, concedendo-se carência de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, para início do pagamento da primeira parcela.

3.3. A concessionária que optar pelo pagamento parcelado, deverá apresentar declaração no prazo de até cinco dias úteis para a assinatura do contrato, informando qual a quantidade de parcelas pretendidas.

3.4. Para efetuar o pagamento a concessionária deverá comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Praça das Palmeiras, nº 55, Andar Térreo, e solicitar a emissão da(s) respectiva(s) guia(s) para recolhimento em agência bancária.

3.5. Sobre a mensalidade não paga no prazo estabelecido será cobrado multa na razão de 0,33% ao dia até o limite de 10% e juros de mora na razão de 1% ao mês.

3.6. O valor da parcela mensal será reajustado todo dia 1º de janeiro de cada ano, de acordo com o índice IPCA-IBGE, ou por qualquer outro índice que venha a substituí-lo.

3.7. O reajuste estabelecido no subitem anterior ocorrerá independente da data em que o contrato for assinado.

### **CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

4.1.1. O contrato de concessão terá vigência de **10 (dez) anos** a contar da assinatura.

4.2. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos da concessão real de uso, poderá ser outorgada a escritura de doação da área, mediante lei municipal específica, precedida de parecer da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que verificará o atendimento das exigências e condições estabelecidas no contrato e na Lei Municipal nº 5.256/2019.

### **CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

5.1. As benfeitorias/construções a serem implementadas no imóvel, deverão ter seu início no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato de concessão, cujas obras deverão estar concluídas no prazo máximo de 18 (dezoito) meses.

5.2. Não poderá ser dado ao imóvel concedido destinação diversa da objetivada na presente licitação e incompatível com o zoneamento.

5.3. São obrigações da concessionária:

- a) Regularizar o empreendimento e obter as aprovações necessárias ao funcionamento da empresa perante todos os órgãos que a atividade exigir;
- b) Arcar com os tributos municipais, estaduais e/ou federais inerentes ao imóvel e às atividades da empresa, durante todo o período de concessão e após eventual doação à concessionária;
- c) Manter a empresa em funcionamento pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, desenvolvendo as atividades previstas;
- d) Executar as obras de edificação conforme planta baixa ou croqui apresentado na licitação, salvo motivo justificado, que será analisado pela Comissão, ficando ressalvado que em nenhuma hipótese a área construída e o investimento poderá ser inferior ao informado na proposta;
- e) Não ceder, transferir ou alienar a qualquer título o imóvel, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato de concessão, salvo se a cessão, transferência ou alienação tiver autorização expressa do Município;
- f) O imóvel concedido não poderá ser objeto de penhora, hipoteca ou qualquer outro ônus que venha gravá-lo, exceto nas situações previstas na Lei Municipal nº 5.256/2019;
- g) Instalar, no prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do contrato de concessão, uma placa em local visível, com tamanho de 100 (cem) centímetros x 100 (cem) centímetros, contendo os seguintes dados:
  - nome da empresa;
  - endereço;
  - telefone;
  - ramo de atividade; e,
  - número do contrato que concedeu a referida área.
- h) O terreno em questão possui desníveis, cabendo ao contemplado realizar as ações necessárias para nivelamento com a via pública.

5.4. As despesas decorrentes do consumo de energia elétrica, água, telefone, vigilância, manutenção e limpeza da área física do imóvel e outras despesas que eventualmente possam incidir sobre o imóvel, correrão por conta exclusiva da empresa concessionária, arcando, inclusive, com a realização de obras de infraestrutura para as suas instalações e ampliações.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA**

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

[www.lencoispaulista.sp.gov.br](http://www.lencoispaulista.sp.gov.br)

5.4.1. A concessionária fica obrigada a apresentar os comprovantes dos pagamentos das obrigações constantes no artigo anterior, sempre que exigido pelo Município.

5.5. As atividades a serem desenvolvidas na área concedida deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e, subsidiariamente, quando se tratar de instalação industrial, a Lei Estadual nº 5.597 de 6 de fevereiro de 1.987 ou outra legislação que venha a suceder.

5.6. A concessionária arcará com todas as despesas necessárias para o exercício da atividade a ser desenvolvida no local, sendo de sua inteira responsabilidade também disponibilizar os mobiliários e demais equipamentos necessários.

5.7. A concessionária se responsabilizará por quaisquer consertos e/ou reparos que se fizerem necessários no imóvel, sendo que adequações físicas na estrutura do imóvel somente poderão ser efetuadas com a autorização por escrito da Prefeitura.

5.8. A concessionária é responsável pela indenização de quaisquer danos causados ao Município, aos usuários, aos cidadãos de um modo geral e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos em decorrência do contrato de concessão, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

5.9. O Executivo Municipal poderá, a qualquer momento e independente de prévia comunicação, realizar vistorias e fiscalizações com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações constantes da Lei Municipal nº 5.256/2019 ou do contrato de concessão.

5.10. Caso as benfeitorias construídas no imóvel não estejam regularizadas, a Prefeitura ficará responsável pela regularização junto a todos os órgãos necessários e pela quitação de eventuais pendências junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) relativos a área edificada, devendo todos os custos serem descontados da concessionária anterior da área, nos termos do Artigo 19, Inciso II da Lei Municipal nº 5.256/2019.

5.11. Na hipótese de serem implantadas benfeitorias/construções no imóvel, e caso ainda não tenha sido finalizada pela Prefeitura a regularização da construção junto ao INSS, a concessionária assumirá os ônus quanto a regularização da construção existente ou, se o caso, poderá pleitear a prorrogação do prazo descrito na cláusula 5.1.

### **CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

6.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, e em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso na execução do contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa no valor de **10 (dez) MVR (Maior Valor de Referência)**<sup>1</sup> caso a concessionária apresente falhas de baixa gravidade na execução do contrato;
- c) Multa no valor de **20 (vinte) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de média gravidade na execução do contrato;
- d) Multa no valor de **50 (cinquenta) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de alta gravidade na execução do contrato;
- e) Multa no valor de **100 (cem) MVR (Maior Valor de Referência)** caso a concessionária apresente falhas de altíssima gravidade na execução do contrato;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Lençóis Paulista, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração contratante, após o ressarcimento dos prejuízos que a empresa contratada vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.

6.1.1. A graduação das penalidades se dará de acordo o relatório da Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que indicará a gravidade das falhas apresentadas pela concessionária.

6.2. Na hipótese de não cumprimento dos encargos, prazos, exigências e obrigações assumidos pela concessionária, a área concedida poderá ser retomada e voltará a integrar o patrimônio do Município.

6.3. A retomada da área concedida será realizada através de lei municipal, precedida de parecer a ser elaborado pela Comissão de Análise de Pedido de Escritura Definitiva ou Revogação de Concessão de Áreas, que avaliará o cumprimento das condições da concessão.

6.4. No processo de retomada da área concedida, a concessionária terá 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, para oferecer defesa prévia e, em igual prazo, interpor recurso com efeitos devolutivo e suspensivo ao Prefeito Municipal.

6.5. No caso de retomada da área a concessionária não terá direito a indenização por parte do Município, exceto eventual direito ao benefício financeiro previsto no Capítulo II, Seção II, da

<sup>1</sup> M.V.R. equivale atualmente a R\$ 206,75 (duzentos e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme Decreto Executivo nº 887, de 09 de dezembro de 2022.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Praça das Palmeiras, 55 – Fone (14) 3269-7000

CEP 18682-900 – Lençóis Paulista – SP

CNPJ: 46.200.846/0001-76

www.lencoispaulista.sp.gov.br

Lei Municipal nº 5.256/2019.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

7.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato.

7.2. As partes elegem o foro da cidade e Comarca de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja, para dirimir dúvidas que porventura venham a surgir na interpretação do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para o único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presentes, para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Lençóis Paulista, 23 de Outubro de 2023.

Pela **PREFEITURA:**

Pela **CONCESSIONÁRIA:**

\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando de Campos  
Secretário de Suprimentos e Licitações

\_\_\_\_\_  
Luiz Antonio Batista  
Proprietário

**TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

2- \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG: